

SUMÁRIO

<i>Carta-Prefácio de PONTES DE MIRANDA</i>	7
<i>Nota à 20ª Edição</i>	9
 <i>Capítulo I – A FAMÍLIA E O DIREITO DE FAMÍLIA</i>	
<i>1. Relações jurídicas de família</i>	19
<i>2. Características próprias do direito de família</i>	21
<i>3. Direitos subjetivos e poderes jurídicos</i>	23
SÍNTESE	24
 <i>Capítulo II – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FAMÍLIA</i>	
<i>1. A família no Direito Romano</i>	26
<i>2. A família no Direito Canônico</i>	28
<i>3. O direito de família anterior ao Código Civil/1916</i>	32
<i>4. A família no Código Civil/1916 e nas leis posteriores (1917-1988)</i>	35
<i>5. A Constituição/1988 e leis posteriores (1988-2000)</i>	37
<i>6. A situação do direito de família no Código Civil/2002 e nas leis posteriores</i>	38
SÍNTESE	41
 <i>Capítulo III – O PARENTESCO</i>	
<i>1. Diversas espécies de parentesco</i>	45
<i>2. Linhas e graus de parentesco</i>	47
<i>3. Efeitos legais do parentesco</i>	48
SÍNTESE	49
 <i>Capítulo IV – OS ALIMENTOS</i>	
<i>1. Conceito, natureza e finalidade dos alimentos</i>	51
<i>2. Diversas espécies de alimentos</i>	53
<i>2.1 Alimentos devidos em virtude do parentesco</i>	53
<i>2.2 Alimentos devidos entre cônjuges e companheiros</i>	54

3. Características da obrigação alimentar	
3.1 Irrenunciabilidade	54
3.2 Ausência de solidariedade	56
3.3 Irrepetibilidade	57
3.4 Transmissibilidade	58
3.5 Impenhorabilidade	61
3.6 Incompensabilidade	61
3.7 Irretroatividade	62
3.8 Imprescritibilidade	62
3.9 A subordinação da pensão ao binômio alimentar	63
3.10 Alimentos compensatórios	63
3.11 Conteúdo e incidência da verba pensional	64
3.12 Periodicidade	65
4. Extinção do encargo alimentar	65
5. Execução dos alimentos	68
6. Meios processuais para obtenção dos alimentos	70
6.1 Ação de alimentos de rito especial	70
6.2 Ações ordinárias de alimentos	70
6.3 Ações de divórcio e dissolução de união estável	71
6.4 Ação indenizatória decorrente de ato ilícito	72
SÍNTESE	72

Capítulo V – O CASAMENTO

1. Conceito, finalidades e natureza jurídica do casamento	76
2. Promessa de casamento. Casamento e esponsais	79
3. Casamento civil e religioso	79
SÍNTESE	81

Capítulo VI – CELEBRAÇÃO E PROVA DO CASAMENTO

1. Habilitação e capacidade para o casamento	83
2. Publicidade e celebração do casamento	86
3. Prova do casamento	88
SÍNTESE	89

Capítulo VII – IMPEDIMENTOS MATRIMONIAIS E CAUSAS SUSPENSIVAS. NULIDADE E ANULAÇÃO DE CASAMENTO

1. Casamento no Direito Romano e Canônico	91
2. Impedimentos no Direito Canônico	92
3. Impedimentos no direito civil brasileiro	92
4. Causas suspensivas do casamento	94

5. <i>Nulidade e anulação de casamento</i>	95
6. <i>Casamento putativo</i>	99
7. <i>Prazos de decadência</i>	100
8. <i>Regime da separação obrigatória de bens</i>	101
SÍNTESE	101

Capítulo VIII – SOCIEDADE CONJUGAL. DIREITOS E DEVERES DOS CÔNJUGES

1. <i>Sociedade conjugal</i>	104
2. <i>Unidade da família matrimonial e suas consequências</i>	104
3. <i>Situação dos cônjuges na família</i>	105
4. <i>Relações pessoais entre os cônjuges. Deveres recíprocos</i>	106
4.1 <i>Fidelidade recíproca</i>	106
4.2 <i>Vida em comum no domicílio conjugal</i>	106
4.3 <i>Mútua assistência</i>	107
4.4 <i>Sustento, guarda e educação dos filhos</i>	107
4.5 <i>Respeito e consideração mútuos</i>	108
5. <i>Funções dos cônjuges</i>	108
SÍNTESE	110

Capítulo IX – REGIME DE BENS

1. <i>Regime de bens</i>	112
2. <i>Princípio básico: autonomia da vontade</i>	114
3. <i>Convenções antenupciais</i>	117
4. <i>Administração dos bens</i>	120
5. <i>Sociedade comercial entre cônjuges</i>	124
6. <i>Dissolução do regime</i>	126
SÍNTESE	127

Capítulo X – REGIME DA COMUNHÃO PARCIAL

<i>Regime da comunhão parcial. Bens excluídos e incluídos na comunhão</i>	131
SÍNTESE	135

Capítulo XI – REGIME DA COMUNHÃO UNIVERSAL

1. <i>Definição e origens históricas</i>	136
2. <i>Pactos modificativos do regime da comunhão</i>	138
3. <i>Bens incomunicáveis</i>	138
SÍNTESE	141

Capítulo XII – REGIMES DA SEPARAÇÃO

1. <i>Regime da separação convencional</i>	142
--	-----

2. Regime da separação obrigatória ou legal	144
SÍNTESE	145

Capítulo XIII – REGIME DE PARTICIPAÇÃO FINAL NOS AQUESTOS

Conteúdo do regime de participação final nos aquestos	147
SÍNTESE	148

Capítulo XIV – A DISSOLUÇÃO DO CASAMENTO PELA SEPARAÇÃO E PELO DIVÓRCIO

1. A dissolução do matrimônio e a Emenda Constitucional 66	150
2. A separação e o divórcio	
2.1 <i>A separação</i>	153
2.2 <i>O divórcio</i>	153
2.3 <i>Modalidades</i>	
2.3.1 <i>A separação amigável e o divórcio consensual</i>	
2.3.1.1 <i>Judicial</i>	155
2.3.1.2 <i>Extrajudicial</i>	157
2.3.2 <i>A separação e o divórcio litigioso</i>	
2.3.2.1 <i>A separação litigiosa</i>	160
2.3.2.2 <i>O divórcio litigioso</i>	167
2.3.3 <i>A conversão da separação em divórcio</i>	168
2.4 <i>Os efeitos da separação e do divórcio</i>	170
2.4.1 <i>O direito à pensão</i>	170
2.4.2 <i>O direito à guarda</i>	172
2.4.3 <i>O direito à convivência</i>	180
2.4.4 <i>O direito ao nome</i>	183
2.4.5 <i>A partilha de bens</i>	184
2.4.6 <i>A reconciliação</i>	
2.4.6.1 <i>Judicial</i>	185
2.4.6.2 <i>Extrajudicial</i>	186
2.5 <i>Efeitos específicos do divórcio</i>	186
3. Processo	
3.1 <i>A ação de separação judicial e o divórcio litigioso</i>	187
3.1.1 <i>Legitimidade</i>	188
3.1.2 <i>Competência</i>	189
3.2 <i>As tutelas de urgência de natureza cautelar e outras medidas voltadas à preservação de direitos inerentes à ação de separação e de divórcio judicial</i>	190
3.2.1 <i>A tutela de urgência de natureza cautelar de separação de corpos</i>	190

3.2.2	<i>A tutela de urgência de natureza cautelar de outorga de guarda e regulamentação de convivência</i>	193
3.2.3	<i>A tutela de urgência de natureza cautelar que visa à entrega de bens de uso pessoal</i>	194
3.2.4	<i>A tutela de urgência de natureza cautelar de arrolamento de bens</i>	195
3.2.5	<i>A ação de produção antecipada de provas</i>	196
3.2.6	<i>Exibição de documento ou coisa</i>	197
3.2.7	<i>A tutela de urgência de natureza cautelar de sequestro</i>	197
3.2.8	<i>A tutela de urgência de natureza cautelar de protesto contra alienação de bens</i>	197
3.2.9	<i>Os alimentos provisionais</i>	198
3.2.10	<i>Outras tutelas de urgência de natureza cautelar</i>	198
4.	<i>A responsabilidade civil entre cônjuges</i>	198
	<i>SÍNTESE</i>	201

Capítulo XV – SEGUNDAS NÚPCIAS

	<i>As segundas núpcias e seus efeitos jurídicos</i>	206
	<i>SÍNTESE</i>	207

Capítulo XVI – DA FILIAÇÃO

1.	<i>Diversas espécies de filiação</i>	208
1.1	<i>Breve histórico</i>	209
1.2	<i>A modificação constitucional</i>	212
1.3	<i>A filiação no Código Civil/2002</i>	212
2.	<i>Dos filhos havidos no casamento</i>	213
3.	<i>Ação negatória de paternidade</i>	215
4.	<i>Da família natural</i>	216
5.	<i>Filiação socioafetiva</i>	216
6.	<i>O reconhecimento dos filhos havidos fora do matrimônio</i>	
6.1	<i>O reconhecimento voluntário</i>	217
6.2	<i>A investigação de paternidade</i>	218
6.2.1	<i>Histórico</i>	218
6.2.2	<i>Ação de investigação de paternidade</i>	221
6.3	<i>A investigação da maternidade</i>	224
7.	<i>Guarda e exercício do poder familiar com relação aos filhos reconhecidos</i>	224
	<i>SÍNTESE</i>	226

Capítulo XVII – A ADOÇÃO

1.	<i>Conceito</i>	229
2.	<i>Evolução histórica</i>	229

3. Função social	231
4. Evolução histórica da adoção no Direito Brasileiro	231
4.1 O regime da Lei 3.133/1957	232
4.2 O regime do Estatuto da Criança e do Adolescente	233
5. O regime atual da adoção no Direito Brasileiro	234
5.1 Requisitos da adoção em âmbito nacional	
5.1.1 Idade	235
5.1.2 Habilitação	235
5.1.3 Adoção por duas pessoas	235
5.1.4 Consentimento do adotado	236
5.1.5 Adoção por tutor ou curador	237
5.1.6 Adoção prioritária por membros da família extensa	237
5.1.7 Preservação dos laços fraternais entre irmãos	237
5.1.8 Ato personalíssimo	237
5.2 Adoção internacional	237
5.3 Processo judicial	238
5.4 Efeitos	240
SÍNTESE	241

Capítulo XVIII – PODER FAMILIAR, TUTELA E CURATELA

1. Poder familiar: conceito	244
2. Conteúdo do poder familiar	244
3. Suspensão e destituição do poder familiar	248
3.1 Suspensão do poder familiar	249
3.2 Destituição do poder familiar	249
4. Extinção do poder familiar	251
5. Tutela	252
5.1 Formas de tutela	252
5.2 Nomeação e escusa de tutor	253
6. Exercício da tutela. Prestação de contas. Cessação	253
7. Curatela	255
7.1 Pessoas sujeitas à curatela	255
7.2 Legitimidade para a promoção da interdição	255
7.3 O processo de interdição	255
7.4 Os que podem exercer a curadoria	256
7.5 O levantamento da interdição	256
7.6 Outras hipóteses de curatela	257
7.7 Da curadoria de ausentes	257
8. Tomada de decisão apoiada	258
SÍNTESE	259

Capítulo XIX – A UNIÃO ESTÁVEL

1. Considerações históricas	263
2. O concubinato na jurisprudência até 1988	265
3. A união estável	268
4. As Leis 8.971/1994 e 9.278/1996	271
5. O Projeto de Estatuto da União Estável	276
6. A união estável no Código Civil/2002	
6.1 <i>Conceito e pressupostos</i>	280
6.1.1 <i>Diversidade de sexos e as uniões homoafetivas</i>	281
6.1.2 <i>Convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de formação de família</i>	286
6.1.3 <i>Ausência de impedimento para contrair matrimônio</i>	287
6.2 <i>A união estável, as uniões simultâneas e outros institutos afins</i>	287
6.2.1 <i>Origem</i>	289
6.3 <i>Direitos e deveres dos conviventes</i>	292
6.3.1 <i>Dever de lealdade e respeito</i>	292
6.3.2 <i>Dever de assistência</i>	293
6.3.3 <i>Guarda, sustento e educação dos filhos</i>	293
6.3.4 <i>O dever referente à coabitação</i>	293
6.4 <i>Regime de bens</i>	
6.4.1 <i>Considerações gerais</i>	295
6.4.2 <i>Regime legal aplicável à união estável</i>	296
6.4.3 <i>Contrato de convivência</i>	298
6.5 <i>Alimentos na união estável</i>	299
6.6 <i>Conversão da união estável em casamento</i>	299
SÍNTESE	302
Bibliografia	306
Índice Alfabético-Remissivo	310